

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.860 - MG (2019/0129339-5)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PROCURADOR : PATRICIA DE OLIVEIRA LEITE LEOPOLDINO E OUTRO(S) -**  
**MG055456N**  
**RECORRIDO : YASMIM MARQUES DE SOUZA**  
**ADVOGADOS : REYNALDO BOALI SALMAN JÚNIOR - MG082923**  
**BEATRIZ CORREA ELIAS ULIANO - MG112207N**

## **EMENTA**

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXAME SUPLETIVO PARA CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO. LIMITE ETÁRIO. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. TEORIA DO FATO CONSUMADO. NÃO APLICAÇÃO AO CASO. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. FATO CONSTITUTIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO QUE INFLUIU NO JULGAMENTO DA LIDE. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 75):

MANDADO DE SEGURANÇA - EXAME SUPLETIVO PARA CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO - LIMITE ETÁRIO - CONSTITUCIONALIDADE - INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - DEFERIMENTO DA LIMINAR - MATRÍCULA NO CURSO SUPERIOR - FATO CONSUMADO - PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA RAZOABILIDADE - PRECEDENTE DO ÓRGÃO ESPECIAL AFASTADO NO CASO CONCRETO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONCESSIVA DA SEGURANÇA.

- O Órgão Especial deste egrégio Tribunal de Justiça reconheceu a constitucionalidade da exigência etária para a realização dos exames supletivos para a conclusão do ensino médio (Incidente de Constitucionalidade nº 1.0702.08.493395-21002).

- Em observância aos princípios da razoabilidade e da segurança jurídica, aplica-se a teoria do fato consumado quando o impetrante, amparado em liminar que o permitiu realizar exame supletivo, já obteve o certificado de conclusão do ensino médio.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 38, § 1º, II, da Lei n. 9.394/1996, ao argumento de que é intransponível a exigência de que o aluno tenha idade superior a 18 anos para se submeter a exames supletivos.

Aduz que não se pode aplicar a teoria do fato consumado a situações a uma situação precária, provisória, dependente de provimento judicial liminar, o *status* de situação consolidada.

# Superior Tribunal de Justiça

Com contrarrazões às fls. 167/184.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 192/195.

É o relatório. Passo a decidir.

Quanto à questão da teoria do fato consumado, o recorrente não indicou os normativos de lei federal ou tratado supostamente violados pelo acórdão recorrido, o que inviabiliza a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial por deficiência na argumentação recursal, a teor da Súmula 284/STF.

Ademais, o recorrente, ao indicar ofensa ao artigo 38, § 1º, II, da Lei n. 9.394/1996, e direcionar a sua tese no sentido de contrariedade à expressa previsão legal, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual foi levado em consideração fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito em debate, conforme artigo 493 do CPC/2015, *verbis* (fl. 78):

Todavia, a situação dos autos é peculiar, afastando a aplicação de referido precedente do Órgão Especial.

A liminar foi deferida em 0310812017, para autorizara realização do exame especial para conclusão do ensino médio pela parte impetrante, conforme decisão de f.28129. Naquela ocasião, foi afastado o requisito de idade previsto para inscrição no exame supletivo.

Segundo informação às f. 35, a liminar foi "acatada e cumprida na íntegra".

Além disso, tendo a impetrante sido aprovada em curso de nível superior (Psicologia - f. 24), no qual, presumivelmente, se matriculou em função da medida liminar que fora deferida pelo Juízo a quo, deve-se prestigiar o princípio da segurança jurídica, de modo a permitir a continuidade de seus estudos, bem como o princípio da razoabilidade, já que não seria prudente fazer a aluna retornar ao ensino médio e depois se submeter a outro processo seletivo para aprovação no vestibular.

O julgador, ao apreciar a demanda, não pode ignorar a estabilização das relações jurídicas causadas pelo decurso do tempo.

O próprio CPC/15, em seu art. 493, dispõe que, se depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, deve o juiz tomá-lo em consideração.

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator